No trigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, realizou-se mais 1 2 uma Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, cuja Ata leva o 3 número de cento e quarenta e cinco, no Auditório do Centro de Saúde Trindade, sito na Rua 4 Odilon Fernandes com a Av. Prof. Henrique da Silva Fontes (Beira Mar Norte) ao lado do TITRI 5 - Terminal de Integração, Bairro Trindade - Florianópolis/SC. Presidente: Carlos Alberto Justo 6 da Silva. Conselheiros representantes das entidades-membro presentes: Entidades Populares: 7 1. CCT - CONSELHO COMUNITÁRIO DA TAPERA: CONSELHEIRO TITULAR EDSON ESTANISLAU K. 8 SOUZA. 2. CCPan - CENTRO COMUNITÁRIO PANTANAL: CONSELHEIRA TITULAR CARMEN MARY 9 DE SOUZA SOUTO; CONSELHEIRA SUPLENTE ALBERTINA DA SILVA SOUZA. 3. CONFIA -10 CONSELHO COMUNITÁRIO DOS LOTEAMENTOS JARDIM ANCHIETA: CONSELHEIRO TITULAR: 11 APARECIDA ELI COELHO; CONSELHEIRO SUPLENTE WANDERLEY VARGAS. 4. UFECO - UNIÃO 12 FLORIANÓPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS: CONSELHEIRO TITULAR MARCOS CESAR PINAR. Entidades sindicais e associações de trabalhadores: 5. ASAPREV - ASSOCIAÇÃO DOS 13 14 APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: 15 CONSELHEIRO SUPLENTE JOSÉ LUIZ FERNANDES CRUZ. Entidades não governamentais que atuam com portadores de Patologias Crônicas: 6. AMUCC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE 16 17 PORTADORES DE CÂNCER: CONSELHEIRA TITULAR MARIA CONCEIÇÃO MACHADO DOS SANTOS. Entidades Sindicais das Associações Patronais: 7. SINDCARGAS- SINDICATO DAS 18 19 EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA DE FLORIANÓPOLIS: CONSELHEIRO TITULAR VALDETE 20 CARDOSO LOBO. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde: 8. SIMESC -SINDICATO DOS MÉDICOS DE SANTA CATARINA: CONSELHEIRO TITULAR RENATO JOSE ALVES 21 DE FIGUEIREDO. 9. CRO/SC-CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SANTA CATARIANA: 22 23 CONSELHEIRO TITULAR ADALTON VIEIRA Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores 24 em Saúde do Serviço Público: 10. SINDPREV/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM 25 SAÚDE E PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE SANTA CATARINA: CONSELHEIRO 26 **SUPLENTE** ELISA FERREIRA. **Governo Municipal: 11. SMS** - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: CONSELHEIRA TITULAR EDENICE REIS DA SILVEIRA; CONSELHEIRA SUPLENTE DANIELA 27 28 BAUMGART DE LIZ CALDERON 12. SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSELHEIRO TITULAR KAREN VIEIRA CHEREM. Ausentes: Entidades Sindicais e Associações 29 de Trabalhadores: 1. SINTRAFESC- SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO 30 FEDERAL DE SANTA CATARINA; 2. AFABB- ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS E 31 PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL EM SANTA CATARINA; 3. OAB - ORDEM DOS 32 ADVOGADOS DO BRASIL. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde. 4. 33 34 SINDFAR/SC- SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA; Entidades 35 Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde no Serviço Público. 5. SINDSAUDE/SC -36 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS. Prestadores de Serviço. 6. 37 AHESC - Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina; 7. SINDLAB - SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLINÍCAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA DO 38 ESTADO DE SANTA CATARINA. Governo municipal: 8. SME — SECRETÁRIA MUNICIPAL DE 39 EDUCAÇÃO; 9. SMI – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA. Governo Estadual: 10. 40 41 SES- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA. 12. Representante da Universidade Federal de Santa Catarina. Justificadas: 1. FCM - Conselheira Janaina Deitos; 2. 42 43 INSTITUTO ARCO IRIS Conselheira Irma Paso; 3. PASTORAL DA PESSOA IDOSA Conselheira 44 Leonilda.; 4 . SINDLAB - Conselheiro Titular Carlos Nyander Theiss; 5 SMI - Conselheiro 45 Titular João Henrique Quissak Pereira e Conselheiro Suplente Márcio Ishihara Furtado; 6. SME

Conselheira Giorgia Wiggers; 7 UFSC – Conselheiro Titular Douglas Francisco Kovaleski. Outros 46 47 participantes: 1. Gerusa Machado - secretária executiva do CMS; 2. Werner Franco - assistente 48 administrativo do CMS; 3. Mauri Antonio da Silva – estagiário de serviço social do CMS; 4-49 Gabriela Carraro - estagiária de serviço social do CMS; 5. Ângela Bilk – Conselho Local de Saúde 50 do bairro Fazenda do Rio Tavares. 6. Anilton Graciliano Bardança – Conselho Local de Saúde do Campeche; 7. Valter Euclides das Chagas - Conselho Local de Saúde do Rio Tavares. 8. Carlos 51 52 Alberto M. Pompeu - CLS Campeche. 9. Walter Cardoso - Conselho Local de Saúde do Estreito; 53 10. Karin Giovanella – Conselho Local de Saúde do Pirajubaé; 11 Sergio S. R. Pereira - Policial 54 Militar aposentado. 12. Natália Hercília A. Bousfield -CLS Barra da Lagoa. 13. Zeli Delfino - CLS 55 Jurerê. 14. Bruna Vanhoni - estudante da UFSC. 15. Daniela Figueiredo - professora da UFSC. 56 16. Ana Lúcia Melo - professora da UFSC. 17. Mirelle Linkler - professora da UFSC. 18. Daniela 57 Lemos Carcerer -, professora da UFSC. 19. Sandra Regina da Costa - enfermeira. PAUTA DA 58 REUNIÃO: A pauta da reunião do pleno do conselho foi a seguinte: 1. Aprovação da ata de nº 59 144, de 26 de setembro de 2017; 2. Informes da Câmara Técnica; 3. Informes dos Conselhos 60 Locais de Saúde; 4. Apresentação da necessidade de recursos financeiros para sustentabilidade da Rede de Atenção a Saúde de Florianópolis para 2018; 5. Nova Política de Atenção Básica -61 62 PNAB; 6. Informes Gerais; e 7. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Reunião de nº. 146, de 28 de novembro de 2017. 1. APROVAÇÃO DA ATA DE № 144 DE 26 DE SETEMBRO DE 63 2017. 1.1 Presidente abriu a sessão, informou justificativas de conselheiros ausentes, e colocou 64 65 em aprovação a ata 144, sendo a mesma aprovada por unanimidade. 2. INFORMES DA CÂMARA 66 TÉCNICA. 2.1 Presidente solicita os informes da Câmara Técnica. 2.2 Marcos Pinar informa que a 67 Câmara Técnica debateu a necessidade de realização de um calendário de planejamento de saúde 68 bucal com o setor responsável pela saúde bucal na Secretaria para avaliação dos números e análise para 69 conhecimento das necessidades. Ficou constatada a existência de duas visões sobre saúde bucal: a da 70 gestão e a dos profissionais. A maioria da população não tem entendimento das políticas de saúde 71 bucal existente no Município, a exemplo as UPA's, UPA Norte e UPA Sul. As UPA's expressam um 72 trabalho revolucionário em Florianópolis, pois em termos odontológicos não existe setor privado com 73 disponibilidade de atendimento de 24 horas e, a maioria das pessoas não possui conhecimento dessa 74 informação, em virtude da ausência de divulgação desse serviço. Outro ponto é a criação de uma 75 política de saúde bucal entre profissionais, usuários e gestão utilizando um espaço como 76 conferência/fórum, tornando relevante a escuta do usuário quanto ao seu entendimento e 77 necessidades referentes a saúde bucal. Uma vez que a construção de programas para os usuários 78 deveriam ter a apropriação das informações e direitos dos usuários e, devem fazer parte da 79 composição destas políticas. 2.3 Daniela segue com os informes, dizendo que após a apresentação do 80 cirurgião dentista Sylvio houve um tensionamento, diante da tomada de decisão política de ampliação 81 das equipes de saúde da família em detrimento da saúde bucal, onde foi esclarecida a ausência desse 82 aumento e sim uma reorganização de equipes agregando os residentes, Programa Mais Médicos e, a 83 dificuldade de reposição de profissionais tem ocorrido especialmente por médicos. Atualmente, tem se 84 apontado uma queda na estratégia de cobertura da Saúde da Família, em virtude de alguns problemas 85 que impossibilitam a negociação de novos profissionais, até o momento. Outro levantamento, a 86 necessidade de aprimoramento do planejamento estrutural da Rede de Atenção à Saúde (RAS), 87 salientando a saúde bucal, mas que deve ser levada para a rede como um todo e que a rede de atenção 88 à saúde em Florianópolis deve crescer de forma estruturada, planejada, com dados demográficos, 89 epidemiológicos, sociais e não por simples percepção do gestor ou pressão política, criando-se um 90 dimensionamento pautado em dados e indicadores reais. A inovação em relação à forma de

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

organização do acesso, com base em algumas unidades piloto com a otimização nas ofertas disponibilizadas pela saúde bucal, foi considerado e discutida a necessidade de maior aprofundamento do debate para melhor equilíbrio da organização da demanda espontânea e demanda programada. O desafio é fazer o dimensionamento construindo painéis de indicadores e fazendo um planejamento estruturado. Outra coisa foi a forma de organização do acesso que foi exemplificado com otimização dos utilizados pelas equipes de saúde bucal e mostrou-se necessário um espaço de discussão que estabeleça o equilíbrio entre demanda espontânea e demanda programada. Reafirmou-se a necessidade da articulação dos cirurgiões dentistas com as equipes de atenção. A proposta de um espaço de discussão para ouvir a população sobre o atendimento em saúde bucal é um outro elemento importante, adequado financiamento para colaborar na qualificação da política de saúde bucal no município. 2.4 Marcos Pinar diz que a luta do conselho é pelo aumento do orçamento na saúde para equacionar problemas como o da saúde bucal e criação de protocolos de atendimento em saúde bucal nas UPAS. 2.5 Adalton Vieira diz que iria pedir uma inversão de pauta para ter a presença do Silvio da Câmara Técnica, mas considera que a exposição da Daniela foi bem fundamentada e não vê necessidade. 2.6 Presidente diz que a apresentação de Sílvio já havia sido apresentada a ele, que o que é necessário é a existência de câmaras técnicas por área e a partir daí se fortaleceria isso por indicadores de gestão. Informa que a Edenice começou a analisar metadados e a partir daí, gerar conhecimentos e formular estratégias, que foi colocado como desafio para todas as áreas da secretaria, porque é preciso trabalhar com indicadores e análise de dados para formulação das políticas, nascidas do processo em si. Disse que a grande polêmica é que a saúde bucal ultrapassa a questão da saúde bucal, e no futuro, precisa de uma conferência que estude a fundo a questão do acesso que é a grande demanda da população. Diz que há disparidade muito grande de acesso entre as unidades, sendo preciso melhorar o acesso em todas as áreas, normatizar a atenção por meio dos protocolos de acesso e o papel das UPAS dentro da rede. Informa que quando alguém vai à unidade e é aberto um canal, tem que saber para onde vai ser encaminhado, para isso é preciso ter um protocolo de acesso na rede. Diz que o que está sendo discutido é o papel da UPA de integração de cuidado ao paciente e o trabalho que está sendo feito é pegar todas as informações e fazer uma política estruturante no município e diz que está preparando a acreditação das unidades de saúde através de indicadores de cada unidade e fazer os protocolos padrão de atendimento com transparência, construído com os usuários e com os conselhos de saúde, trazendo as contribuições para o Conselho Municipal de Saúde. Argumenta que precisamos de mais financiamento, mas antes tem que aproveitar melhor os recursos, evitando desperdícios, aproveitando toda a capacidade instalada possível, com o máximo potencial de atendimento dos recursos humanos – médicos, dentistas, enfermeiros - da melhor maneira possível. Ele concorda que o financiamento atual é inadequado, que é preciso aumentar os recursos, mas também tem que controlar desperdícios, que pode ser evitado por meio de protocolo de acesso. Diz que, às vezes, metade das consultas dos médicos é para trocar receitas e pergunta porque fechar uma consulta em meia hora, se muitas vezes o paciente vai lá só para trocar a receita, então, pergunta, porque não discutir o tempo de atendimento de dez minutos, 15 minutos, 30 minutos conforme o caso? Algumas unidades já estão fazendo isso e outras não. Na odontologia há pessoas que levam uma hora e outras 15, 20 minutos, sendo preciso regular isso de forma adequada. Informou que o trabalho do Silvio está ajudando e o próximo passo é pactuar com toda a rede os indicadores da odontologia e os indicadores de desempenho, para tentar avançar na pactuação dessas políticas. Encerrando, diz que está muito satisfeito com a

136137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154155

156

157158

159

160

161

162

163

164

165

166

167168

169170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

equipe técnica de saúde bucal. 2.7 José Luiz Fernandes Cruz pergunta se há convênios com as universidades locais a respeito da saúde bucal. 2.8 Presidente diz que há uma falta de integração na rede, entre os vários níveis de cuidado, na atenção primária, secundária, terciária. O usuário quer ser atendido e esses níveis de atenção não estão integrados. Os protocolos dos hospitais não conversam com os protocolos da atenção primária e isso gera empecilhos na forma de comunicação dos usuários com a rede. Na UFSC, o Hospital Universitário transfere os recursos para a UFSC fazer atenção secundária na área de odontologia. Diz que quando foi diretor do HU implantou a atenção terciária em odontologia, quando firmou atendimento para os pacientes especiais e a partir daí, viu que havia um erro porque os níveis de atenção não se entrosavam, criavam um gueto. Ao invés do usuário transitar com facilidade pelos três setores, eles não se conversam entre si e dificultam. Diz que o que é da rede própria está mais articulado, mas o que depende da universidade está baixamente articulado, porque os protocolos não estão integrados, e isso precisa melhorar como um todo, inclusive os convênios com a UFSC e melhorar outros níveis de atenção financiados pelo Governo Federal como é o caso dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOS). 3. INFORMES DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE. 3.1. Walter do CLS Estreito informa sobre a situação dos profissionais do CS do Estreito dizendo que há faltas de profissionais. Informa que a população atendida pelo centro de saúde é de 20.500 pessoas, e que o número de equipes preconizadas pela Política Nacional de Atenção Básica é de 1 para cada 3.500 pessoas. Acrescenta que o número de equipes necessárias é de 6. Informa que existem apenas quatro equipes em 29 de setembro deste ano e a situação das equipes mostra na Região 80, está incompleta, faltando 02 agentes de saúde da família e 01 técnico de enfermagem, na região 81 a equipe está completa, na região 82 equipe está incompleta faltando 01 agente de saúde da família e 01 técnico de enfermagem, na região 83, a equipe está incompleta, faltando 01 agente de saúde da família. 3.2 Presidente diz que já tem essa informação tendo levado ao conhecimento do prefeito, mas há dificuldade de equacionar devido à discussão com o Tribunal de Contas do Estado que afirma que para dar certidão negativa para a prefeitura ela tem que estar dentro do limite legal, e o Tribunal de Contas entende que as aposentadorias estão dentro do limite legal e a prefeitura discorda, estando discutindo judicialmente a questão. Informa que o município depende da certificação do Tribunal para receber verbas federais. Há grande movimentação para discutir isso, para poder reverter e poder viabilizar contratações. O prefeito tinha autorizado a contratação para reposição das aposentadorias, e tendo se deparado com essa posição do Tribunal teve que recuar, dificultando a reposição das vagas devido às aposentadorias. Nos últimos cinco anos perderam-se 70 funcionários, que acoplado ao crescimento populacional, causou dificuldades no atendimento a saúde. Há dificuldades em outras unidades como no Rio Vermelho, onde faltam 2 profissionais e há dezenove casos, com Jurerê e Alto Ribeirão sem ninguém, e com dificuldade de cobrir Ratones, as UPAS com falta de profissional e isto foi levado para o prefeito para que ele possa ajudar. 3.3 Renato pergunta se ele fala de médicos também. 3.4 Presidente diz que sim, psicólogos, médicos e enfermeiros. 3.5 Valtinho do Conselho Local de Saúde do Rio Tavares diz que os usuários ficam aguardando desde às 06 horas para adentrarem no prédio e solicitaram um banco que já está pronto para eles ficarem sentado e precisa ter alguém do posto para abrir mais cedo, às 07 horas, conforme solicitação feita pelo coordenador do posto, Luciano, a Secretaria, mas disseram que tinha uma normativa que impedia. Solicita uma solução para abrir mais cedo o CS e poder assim, as pessoas, poderem entrar e ficarem sentados com

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

conforto até a abertura do centro de saúde. Informa que tem funcionário querendo entrar mais cedo. 3.6 Presidente diz que é possível resolver com bom senso, que há duas ACS e talvez uma possa entrar mais cedo. Diz que os profissionais trabalham em equipe por isso devem entrar e sair juntos. Se um grupo entra as sete e sai uma hora da tarde, como fica o posto no resto do dia? Se esse profissional for enfermeiro ou médico como vai ficar, pergunta? Diz que vai se debruçar sobre isso, discutir com o conselho local de saúde, para tentar resolver e que a ideia de entrar uma hora mais cedo pode se discutir para alguém entrar mais cedo, saindo uma hora mais cedo e outro pode revezar. Verificará se tem alguém na região para resolver isso. 3.7 Carmem Souto se manifesta reforçando a importância do trabalho em equipe nas ações de prevenção e criticando a falta de funcionários na unidade de saúde, com profissionais entrando em licença e sem reposição, com a população ficando aquém e reclama da questão da obra não executada ainda, porque percebeu que em outros locais está melhorando e no Pantanal não. 3.8 Presidente informa que devemos discutir as contratações temporárias como na educação A ideia de uma equipe volante está prevista em lei e, configura-se como coeficiente técnico e deverá ser analisada sim para sanar essas situações. Está estudando a possibilidade de fazer contratações temporárias para cobrir ausências. Quanto a obra, já tem uma empresa que ganhou e as ordens de serviço estão sendo liberadas por semana e está na sua agenda que a próxima entrega é para o Pantanal. 3.9 Carmem Souto argumenta que é grande a falta de profissionais e a população vai lá e o profissional não está, e a sugestão de ter uma equipe volante já foi feita pelo grupo para atender todos os centros de saúde. 3.10 Presidente reforça a ideia de contratação temporária ou volante, a lei prevê a composição de 100% do quadro e que tem uma média de 10% de quadro de pessoal em férias, por isso, precisa ter uma quantidade de reposição técnica feita por equipes de volantes ou de cobertura. 3.11 Carmem Souto agradece ao usuário Sergio pelo comparecimento na reunião e reforça a importância e o processo gradativo da população no engajamento com as questões da saúde. 3.12 Sergio informa que é subtenente da polícia militar na reserva e o local do posto de saúde, anteriormente, era a base da polícia militar. Portanto, estamos desprotegidos de local e o posto de saúde do Pantanal está parado. Outro ponto relevante é o som advindo deste terreno, o excesso de ruído à noite. 3.13 Carmem Souto respondendo ao questionamento do Sr. Sérgio diz que "elaboramos uma comissão para atuar diante dessa realidade com os devidos procedimentos necessários e encaminhados às autoridades competentes". 3.14 Presidente afirma que a população pode ficar sossegada que no prazo de 8 meses estará concluído. 3.15 Marcos Pinar o movimento comunitário e a oferta têm uma posição contrária ao mau uso do conselho comunitário do Pantanal, pois o bingo está sendo utilizado de forma privada, assim sugiro a elaboração de uma carta, pois o recurso advindo desta atividade em espaço público, comunitário, não está sendo convertido para a comunidade. Dessa maneira, é necessária uma carta de incomodo e de uso inadequado do espaço. A própria associação está realizando algo irregular e, estamos processando juridicamente porque nem o processo eleitoral e de prestação de contas essa associação está querendo realizar. Assim, sugiro que seja elaborado esta carta por estarmos pagando um serviço que não está comunitariamente sendo utilizado e sim aplicado com outros interesses. 3.16 Presidente confirma a realização de uma carta para a associação e posterior redação, ficando encarregados Marcos, Albertina e Carmen. 3.17 Valdete solicita informações do espaço concedido para o posto de saúde centro. 3.18 Presidente o espaço está em processo de encaminhamento para a arquiteta, pois estamos com grande dificuldade de acesso a Farmácia Escola da Trindade, seja por falta de espaço e também na distribuição dos chamados

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260261

262

263

264

265

266267

268

269

270

medicamentos especiais. Assim, foi encaminhado como um dos primeiros projetos para o ano de 2018 para realização do centro no espaço cedido e ser concretizada a construção de uma grande farmácia de distribuição de medicamentos para a cidade como um todo, abrangendo medicamentos especiais e demandas judiciais. No 1º. andar está sendo arrumado para guarda de documentação. Em baixo, está sendo visto a possibilidade de uma parceria com a UNISUL para ter um laboratório modelo de psicologia. O que há de concreto é um projeto para instalar uma farmácia da prefeitura, informando ainda que conforme acompanhado, a vigilância decretou que não seria possível a realização de uma unidade de saúde, sendo necessário avaliar outro espaço no centro, apropriado naquela região. 3.19 Ângela do Conselho Local de Saúde da Fazenda do Rio Tavares realiza o comunicado da nova eleição do conselho local da Fazenda e informa que na próxima segunda-feira será realizada a primeira reunião com a nova gestão, portanto a documentação já está sendo encaminhada para a Secretaria Executiva. Acrescenta que realizaram também o sábado da saúde, envolvendo cerca de 1000 pessoas, inclusive o centro comunitário cedeu o espaço, e foram realizados diversos atendimentos e terapias. 3.20 Presidente parabeniza essa iniciativa e o trabalho com a saúde nessa perspectiva mais abrangente. 3.21 Natália do CLS Barra da Lagoa reforça o pedido de funcionários, um técnico de enfermagem, um dentista e um assistente de dentista. O verão se aproxima e a população triplica e a realidade da Barra da Lagoa é distinta e, inclusive com uma unidade de saúde e as demais no centro e no sul com uma realidade de transito caótico. Assim, a presença de uma equipe completa facilitaria o atendimento e as demandas da população. Com relação a equipe de apoio, fica claro a necessidade de acertar a base primeiramente e posteriormente trabalhar com a equipe e o direcionamento desta para as unidades, amenizando as demandas. 3.22 Presidente com a ajuda da Dona Natalia vamos entregar uma ordem de serviço para a unidade, referente à necessidade destes funcionários. Acredito que essa ideia de equipe volante vai vigorar, diante de sua funcionalidade. 3.23 Adriana, representante do Conselho Local de Saúde de Carianos, diz que há três colocações solicitadas. A primeira, falta de pessoal: a pediatra entrou em licença e não teve suporte, também ocorreu as férias de um médico da unidade e a unidade está sem atendimento médico. Reforça a necessidade de uma equipe volante para suprir esses casos. Diz que o pessoal tem boa vontade, mas desestruturou o atendimento. A segunda, a falta de duas pessoas para o quadro administrativo no atendimento, pois estava com dois funcionários cedidos e agora está sem. Agentes de saúde se revezam para atender o balcão. Faltando quadro administrativo para o balcão, os que ocupam essa função perdem o tempo de sua tarefa, como é o caso do trabalho fora da unidade realizada pelos agentes comunitários. Outra questão em destaque é a falta de glicômetro na unidade, sem previsão de fitas para os pacientes e isto é um problema sério a ser equacionado e é solicitado pela comunidade. A terceira, é a respeito de uma verba de 200 mil reais que foi empenhada em 1 de agosto desse ano e não se tem notícia dessa verba para suprir equipamentos na unidade e uma lista de necessidades que foi solicitada. 3.24 Presidente diz que os R\$ 200 mil é uma emenda que foi aprovada e tem empenho orçamentário, mas só pode gastar quando chega o financeiro, e nesse caso ele não sabe se é orcamentário ou financeiro. 3.25 Edenice diz que está acompanhando as emendas e não há nada destinada aos Carianos. 3.26 Adriana informou que assumiu depois, mas que a coordenadora da unidade disse que tem uma verba empenhada para a unidade Carianos. 3.27 Luciano argumenta que há equívoco na informação, o empenho não seria para uma unidade, seria para um fornecedor que forneceria serviços (material) para

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286287

288

289290

291

292

293

294

295

296

297298

299

300

301

302

303

304 305

306

307

308

309

310311

312

313

314

315

as unidades. 3.28 Edenice coloca que vai entrar em contato com a coordenadora para saber qual foi a fonte, para tentar captar o recurso para ser usado pela Secretaria. 3.29 Adriana diz que o que a coordenadora da unidade passou a ela é que existiria essa verba e que há já uma lista de necessidades da unidade para ser equacionado por meio desse recurso. 3.30 Presidente diz que vai olhar com atenção essa questão e pergunta a Sandra se está sabendo do problema do glicosímetro. 3.31 Sandra, a Gerente de Atenção Primária há um mês, diz que os glicosímetros não estão em falta, e as fitas de glicemia, não tem na rede. Tem um quantitativo muito pouco nas unidades e a Secretaria está fazendo licitação, e está se tentando encaixar a licitação junto com a licitação do Estado, o que depende ainda de resposta do jurídico para agilizar a compra das fitas. 3.32 Presidente diz que essas questões precisam ser trabalhadas, pois se há um ente público que vai comprar para o Estado inteiro, porque não se pode aderir ao processo licitatório, a sua ata, para poder comprar mais barato. 3.33 Hanilton do Conselho Local de Saúde do Campeche informa sobre a retomada da construção da unidade do Campeche, manifestando sua alegria, agradecendo ao Secretário de Saúde que muitas vezes foi cobrado e agora está sendo agradecido pelo resultado. Há o momento certo de cobrar, a hora certa de esperar a cobrança, e depois ver o resultado chegar. A primeira estaca daquela obra está lá porque ele estava lá cuidando. Está ajudando para que as 22 mil pessoas cadastradas sejam beneficiadas, e ele ajuda o prefeito, ajuda o secretário, ajuda a horta da comunidade, ajuda os médicos, e enquanto tiver saúde vai ajudar e trabalhar, e que tem coração para ajudar e que uma das primeiras coisas que fez foi colocar quatro bancos lá para que as pessoas não ficassem em pé. Diz que trabalhar na comunidade é trabalhar em prol da saúde da comunidade (aplausos). 3.34 Presidente diz que arrumou um emprego não remunerado para o seu Hanilton, e ele vai ser o fiscal da obra. 3.35 Hanilton disse ao secretário que a firma já arrumou um capacete para ele. 3.36 Presidente diz que há um consenso nas reclamações e o que preocupa é que perdeu a capacidade de ter 100% de cobertura porque falta pessoal nas equipes, caiu para 92,7%, porque faltam profissionais de saúde para atender a população. Afirma que a cidade é uma fora do verão e outra na hora do verão, com sobrecarga nos atendimentos nas unidades, devido ao aumento populacional. Está trabalhando, o prefeito está sensibilizado e acha que pode aumentar a arrecadação para ajudar a sair dessa armadilha. Diz que vai colocar a ele a possibilidade legal para empregos temporários para substituir os profissionais que ficam doentes e se afastam para tratamento. 4. APRESENTAÇÃO DA NECESSIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SUSTENTABILIDADE DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS PARA 2018. 4.1 Luciano diz que a lei orçamentária anual tem as seguintes etapas: as secretarias enviam suas propostas para a Secretaria de Fazenda e ela faz a Lei Orçamentária Anual (LOA) que estima uma receita e as despesas para o ano de 2018. A Secretaria Municipal de Saúde encaminhou uma proposta a Secretaria de Fazenda que foi modificada por que não se enquadrou na previsão de receitas de 2018. A apresentação é extremamente técnica. Apresenta os valores para o exercício de 2018, dizendo que não teve tempo hábil para melhorar a apresentação. O orçamento é dividido em sete unidades orçamentárias definidos pelo Ministério da Saúde, e foram criados dois blocos para facilitar o preenchimento dos sistemas que serão feitos ao longo do exercício. Na 1ª unidade estão as despesas que não são ações de serviço público em saúde, que não são contabilizadas, tendo ali um projeto atividade para despesas que permeiam as ações, como exemplo, as multas dos motoristas. Neste projeto atividade teve uma atividade aceita de R\$ 1.000.000,00. Na 2ª unidade de atenção primária a saúde há vários projetos voltados a

316317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331332

333334

335

336337

338

339

340

341

342343

344

345

346347

348

349 350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

recursos humanos, são R\$ 132.000.000,00. Em seguida há gestão de parcerias com previsão de R\$ 32.000,00. A gestão de materiais e serviços entra as despesas com estes itens, como passagens, auxílios. Acrescenta que R\$ 22.500.000,00 são as previsões de despesas, com recursos da União, Estado e Município. Informa que há uma previsão de arrecadação da prefeitura – receitas resultantes de impostos -, sobre o qual será calculado o setor saúde, R\$ 1.300.000,00. Neste ano, ele diz que o prazo foi muito curto para elaborar a proposta e não conseguiu distinguir cada uma das obras, criando um projeto atividade para cada uma delas, então todas as reformas foram englobadas em um único projeto atividade. As reformas são das unidades locais, com R\$ 1.700.000,00 de despesas previstas. Refere o projeto Alô Saúde, de R\$ 2.400.000,00 de despesas previstas para o ano seguinte. As construções e ampliações não consideram reformas, e tem R\$ 11.000.000,00 previstos. No bloco de média e alta complexidade, a estrutura é semelhante a atenção primária: R\$ 61.500.000,00 para gestão de recursos humanos; R\$ 27.000.000,00 para materiais e serviços; R\$ 35.000.000,00 para gestão de parcerias; para o projeto academia de saúde nos Ingleses com recursos pequenos ainda, reforma do Centro de Zoonoses com recursos de R\$ 500.000,00. Na Vigilância em Saúde, na gestão de RH está previsto R\$ 25.000.000,00; na gestão de materiais e serviços está previsto R\$ 5.000.000,00, na gestão de parcerias está previsto com R\$ 1.265,000,00; na construção da rede de frios 2.500.000,00; para a ampliação do LAMUF R\$ 350.000,00 e entra no bloco da assistência farmacêutica. Diz que no bloco da assistência farmacêutica aparece bastante a participação da União e do Estado. 4.2 Marcos sugere que o conselho seja informado de quanto é o atraso do Estado nos repasses, para que possa ser feito uma ação de cobrança. Na assistência farmacêutica estão previstos R\$ 9.965.905,00, sendo R\$ 960.065,00 para medicamentos por ordens judiciais. 4.3 Renato pergunta se o projeto remédio em casa ainda está vigente. 4.4 Luciano informa que o projeto remédio em casa foi extinto, pelo menos no que diz respeito ao financeiro. Segue informando que há R\$ 4.000,00 para o Conselho Municipal de Saúde; R\$ 6.103.010,00 para gestão de materiais e serviços; R\$ 16.559.700,00 para gestão de RH da gestão do SUS; R\$ 3.077.000,00 para ampliação do complexo regulador; R\$ 3.700.000,00 para gestão de materiais e serviços; R\$ 2.000.000,00 para gestão de sistemas de informação. Informa que algumas despesas do Fundo Municipal de Saúde não conseguiu enquadrar nos blocos de financiamento para não ferir portaria 204. Diz que, portanto a proposta orçamentária para 2018 é de R\$ 372.404.516,00, sendo R\$ 227.000.000,00 reais com recursos próprios da prefeitura. Informa que a proposta que ainda não foi aprovada e será encaminhada ao legislativo para discussão. 4.5 Marcos pergunta quanto esse valor é em porcentagem. 4.6 Luciano diz que não teve acesso a arrecadação que valerá para a lei orçamentária anual, por isso, não sabe, mas certamente está acima dos 19%. Acrescenta que além dos blocos definidos pelo Ministério da Saúde, existem algumas despesas não previstas pelo Ministério que foram adequados de acordo com a necessidade da Secretaria. Informa que tem uma intenção, mas não tem uma data definida para extinguir o bloco dos recursos transversais, mas o bloco do fundo municipal de saúde não tem previsão de ser extinto. 4.7 Albertina informa sobre a promessa de emendas obtidas na Câmara de Vereadores, que o bloco de emendas impositivas vão ocorrer, e quer uma orientação bem clara de como fazer as emendas para que os vereadores possam fazer corretamente as emendas. Informa sobre a audiência do dia 09 de novembro sobre o orçamento. 4.8 Edenice informa que os conselheiros locais já foram na Câmara e os vereadores farão proposta de emenda que farão parte da LOA e a Secretaria está organizando uma visita aos vereadores para apresentar uma lista das

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

necessidades de cada unidade de saúde para apresentar aos vereadores, junto com a presença dos conselheiros, estabelecendo as prioridades para cada comunidade receber os benefícios das emendas. 4.9 Vanderlei pergunta se as demandas não poderiam ser encaminhadas a Comissão de Saúde. 4.10 Edenice informa que as emendas são individuais por vereador. Que o importante é que esteja de acordo com a necessidade da Secretaria e seja sustentável. Acrescenta que a captação de recursos sustentáveis é buscar um recurso que não onere mais a Secretaria. 4.11 Albertina argumenta que a Secretaria de Infraestrutura também fez uma lista de possíveis obras. 4.12 Presidente diz que criou há dois meses uma comissão de captação de recursos, e este trabalho junto aos vereadores faz parte deste esforço. A dificuldade é que não sabe quanto os vereadores vão dar e é preciso fazer os levantamentos dos projetos para pedir as emendas. 4.13 Renato pede esclarecimento no valor do Alô Saúde e no que consiste. 4.14 Presidente diz que em países com elevada capacidade de atenção primária se tenta ter um atendimento full time aos usuários e esse valor é basicamente para pagamento de pessoal para ficar de 24 horas de suporte, optando se pelo modelo português e canadense, que vincula os telefonistas aos médicos e enfermeiros para tirar dúvidas. Vai se buscar financiamento federal para o projeto que também deverá ser feito em outras cidades. Já tem um espaço perto da FIESC, que foi recebido de doação. A despesa será com compra de central telefônica também e que quer fazer com o atendimento do médico e dos enfermeiros vinculando-se ao prontuário de atendimento eletrônico, e, dentro deste sistema já estará o suporte a decisão de atendimento, que vai muito além da marcação de consulta. Recebeu para conhecimento uma proposta de Berkeley (Universidade da Califórnia) que trabalha com marcação de consulta em atenção primária, diferenciando o tipo de atendimento, e o sistema calcula automaticamente o tipo de consulta e a capacidade de atenção, e que está estudando experiências do mundo inteiro, e basicamente, a ideia é normatizar o acesso a todas as áreas da rede de atenção a saúde e por meio de protocolos informatizados, no qual se insere o Alô Doutor, com a intenção de melhorar a atenção ao usuário, e que o valor previsto é basicamente para pagamento de pessoal. 4.15 Renato quer entender um pouco mais e pergunta se a contratação de pessoal dentro de um contexto de limite prudencial estourado e sem condições de implementar as 3 etapas do plano de carreiras e salários como isso será possível. 4.16 Presidente quanto ao enfermeiro e médico serão aproveitados o que já tem na rede, mas será feito contrato de serviço para o restante. Sugere aos conselheiros que quiserem saber mais deve estudar o médico 24 horas de Portugal, Catalunha e Quebec. O Ministério de Saúde, quando tiver definido as cidades onde deverá ser implantado esse serviço, deverão enviar profissionais de saúde para conhecer a experiência dessas cidades. 4.17 Renato informa, então, que haverá pessoal terceirizado. 4.18 Presidente diz que, os telefonistas, esse pessoal vai ficar responsável por fazer o agendamento tanto no computador como por telefone, para diminuir o índice de evasão, ele vai avisar as pessoas sobre as consultas. Informa que a Edenice está trabalhando na regulação para publicizar as listas de espera. É um trabalho de telefonia que vai ser contratado, terceirizado. 4.19 Elisa faz um pedido de esclarecimento de se esse programa foi aprovado no conselho. 4.20 Presidente responde que não. 4.21 Elisa diz que é uma decisão interessante tentar dar vazão ao gargalo da saúde, mas porque não usar esse recurso no fortalecimento da atenção básica nas suas necessidades. Quer entender melhor como isso se relaciona na realidade de Florianópolis, como isso pode se efetivar, e por isso, gostaria de compreender melhor como isso funciona. Ela questiona que em relação às ações de educação em saúde como fica o atendimento remoto nesta situação, na prevenção dos

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421 422

423

424

425 426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441 442

443

444

445

446

447

448

449

450

agravos, como que esse programa faz o atendimento da real demanda do município? 4.22 Presidente informa que já tem literatura sustentando esse tipo de serviço, que é um forte instrumento de educação em saúde, porque pode disparar mensagens por APP (aplicativo móvel) com o cadastro de todas as pessoas, disparando alarmes sobre os atendimentos a saúde. O futuro está no uso das tecnologias e o Alô Saúde pode diminuir desperdícios e em termos de custos para a saúde ele é neutro, que não se deve discutir a roda, se alguém já a inventou, e o importante é ter um canal aberto 24 horas em conexão com o usuário, e esse suporte aumenta significativamente para melhorar a qualidade da atenção ao usuário. 4.23 Elisa complementa dizendo que vê com preocupação a capacidade de avaliação do profissional que está do outro lado para atuar a distância, e vê essa prática com bastante cautela, porque o olhar e a experiência clinica diante da demanda é muito importante. Diz que uma atenção remota pode intensificar a margem de erro na atenção. Nesse momento ela diz que é muito temerosa essa proposta. 4.24 Presidente o sistema existe há vinte anos na Inglaterra e o sistema de saúde inglês é considerado o melhor do mundo. Que logicamente é ir além do que já temos, fazendo com que as pessoas que estão em situação de agravo à saúde a noite, o sistema possa dar respostas nesses níveis. 4.25 Elisa isso é importante, é válido, o acesso precisa ser garantido, a discussão é como vai fazer isso. 4.26 Edenice informa que o programa remédio em casa foi encerrado em setembro de 2016. 4.27 Marcos lembra que quando Luciano apresentou isso na Câmara de Vereadores o orçamento feito era de 23%, que é um valor necessário para dar conta das despesas que se tem em Saúde. Explica que é para se embasar o debate, para que não se comemore os 19%, isso é preocupante, pode-se sentir aliviado, mas não comemorar. Podemos criar uma política pública diferente o ano que vem se tiver que ser destinado somente a obras, esse recurso acaba minguando, não é suficiente, tudo que se refere a questões de construção indica valores muito altos, porém se tiver que ser destinado somente para obras, que é para onde está apontando, deixa bem objetivado que não irá abrir mão do que for conquistado. O correto para nós é que houvesse liberdade para que a UBS pudesse usar também para compra de materiais, ou o que for necessário, foi com esse intuito que se tentou construir. Mas existe uma burocracia e uma má vontade da relatoria da Câmara de Vereadores. Foi percebida boa vontade de todos os vereadores, mas o vereador relator, que seria o Gabriel Meurer (Gabrielzinho), não nos recebeu e colocou várias dificuldades para que não conseguíssemos, quem decide é o assessor do vereador relator. Explica ter sido a impressão que ficou com base no que foi presenciado. Segundo questão que precisa ser definida nessa sessão, é sobre o repasse de recurso da Secretaria de Estado da Saúde para Secretaria Municipal de Florianópolis, esse repasse não está sendo feito e nós enquanto conselheiros não estamos nos mobilizando quanto a isso. Ressalta que é necessário que se saia da plenária com um encaminhamento referente a essa questão, pois não é somente em Florianópolis, são todos os municípios que não estão tendo esse repasse. Como ocorreu ano passado, estávamos na porta da Secretária de Estado da Saúde cobrando porque estava atrasado mais de quatro meses, o ex Secretário Carlos Daniel Coutinho estava junto com os Conselheiros fazendo essa cobrança. Expõe que se precisa de organização para retomar a cobrança do que é de direito, a partir disso propõe a elaboração de uma Comissão entre profissionais e usuários para ir à Assembleia Legislativa procurar a Comissão de Saúde para dialogar e precisamos dos dados da Secretaria Municipal de Saúde para identificar o quanto está faltando, e de preferência que um profissional da saúde possa nos acompanhar nesse processo. Finalizando, o conselheiro municipal de saúde convida á todos para a posse da

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476 477

478

479

480

481

482

483

484 485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, entidade presidida por ele, que ocorrerá neste dia à 19 horas no plenário da Assembleia Legislativa. Expõe o compromisso da entidade que é voltado as políticas públicas, dizendo que hoje estão no Conselho de Saúde e no Conselho de Educação, no qual a presidente é a Maria de Jesus, participando das discussões das políticas públicas, porque acreditam que uma das maneiras de melhorar a democracia é a participar dos espaços dos conselhos para criar política de Estado e não política de governo. 4.28 Maria (Associação Brasileira de Portadores de Câncer) inicia dizendo que concorda com o Secretário quando o mesmo expressa que não se pode apenas estar fornecendo banco, puxando um telhado, colocando um toldo para que os usuários fiquem cobertos, pois esse é um tratamento paliativo. Afinal, idealizamos que o paciente não necessite se locomover tão cedo e aguardar a garantia do atendimento. Mas, após tal colocação, solicita informações referentes aos repasses da prefeitura para as pastas da secretária de saúde porque nas últimas reuniões realizadas foi apontado que não se estava chegado aos índices e que, isso poderia ser resolvido juridicamente que até o final do exercício teria como ser repassado. Como exemplo, no ano passado isso não foi realizado. Conforme radio regional, nesta manhã, e o radialista muito contente parabenizava o prefeito pela economia 70 milhões, então fica a reflexão da existência de uma sobra de dinheiro que deveria estar sendo aplicado nos serviços básicos, como a saúde. Fica a investigação da notícia e o pensar se os repassem estão sendo realizados corretamente para a secretaria de saúde e, caso exista dinheiro sobrando para que local ele está sendo direcionado e se essa sobra é resultado da falta de compra dos insumos em déficit até o momento. Assim, está sobrando ou não está sendo investido. Fica a necessidade da fiscalização diante das dificuldades enfrentadas. 4.29 Luciano. Com relação aos repasses da fazenda, não existe um repasse definido com os valores mensais, um quantitativo especifico. O que existe é uma meta a ser atingida durante o exercício que está abaixo, sim. A união e o Estado dividem o valor que deve ser repassado ao município em parcelas iguais (12 vezes), correspondente ao ano, diferente da prefeitura que estima sua arrecadação, pois não possui uma arrecadação linear, sendo comum e necessário a aplicação financeira dessa receita no início do ano para suprir as despesas que vão surgindo ao longo do ano, no final do exercício. Assim, existe uma meta, a LDO (Lei De Diretrizes Orçamentárias) de execução de despesa configurada em 19%. A última prestação de contas apresentada, considerando a previdência estava um pouco acima dos 15% e, o fato de prosseguir com valores abaixo configura algo equivocado. 4.30 Maria. A preocupação é que estamos a dois meses para o final do ano, final do exercício. 4.31 Luciano ainda assim é complicado falar, pois nesse momento se apresenta uma despesa mais alta. Para se ter uma noção, 68% da despesa do Fundo Municipal de Saúde é com folha e agora, também o décimo terceiro a ser pago. Se for analisada as despesas com o pessoal, os meses de outubro, novembro e dezembro e a gratificação natalina constam uma despesa significativa nesse momento, maior que todos os outros meses. 4.32 Renato pergunta se essa antecipação do salário de dezembro (dia 20) anunciado pelo prefeito, também vai entrar nas contas de 2017. 4.33 Luciano afirma que sim, mesmo se o salário fosse pago no mês de janeiro/2018, a contabilização é desse exercício. 4.34 Presidente atualmente, possuímos de orçamento 372 milhões e, conforme colocado pelo Conselho e levadas à fazenda a ideia de ter uma fixação do percentual de repasse mensal, é algo válido e que está sendo pleiteado. Desse montante, 155 milhões são provenientes do governo federal e estadual e do governo do município está disponível 277 milhões. Quando realizado o cálculo dos 19%, não é possível pensar a receita da prefeitura como um todo, pois não entra os repasses federais para

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511512

513

514515

516

517518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528529

530

531

532

533

534

535

536

537538

539

540

a prefeitura e sim, unicamente o valor arrecadado dos impostos. Embora o orçamento da prefeitura seja 2 bilhões, a arrecadação de impostos é de 1 bilhão, sendo realizado o cálculo com base nesse valor menor de arrecadação dos impostos. Assim a ideia dos 23% para a saúde, tem como propósito ter o 100% de cobertura para contratar e suprir o déficit de profissionais dos últimos anos, visto um incremento orçamentário do último ano para esse. Assim, o estabelecimento do quantitativo da demanda e do atendimento primário permite o conhecimento para o controle social para atuar sob as causas, especialmente as filas. Incluso, reforça que vamos ter que tirar recursos de outros setores para pagar a conta medicamentos, para não faltar medicamentos nas unidades de saúde. Informa que em toda reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) vem cobrando isto, e a parte do Estado com a atenção primária não está pagando há oito meses. Diz que precisa continuar pressionando o governo estadual para ter o repasse, porque até agora o governo estadual sinaliza com o pagamento de apenas duas parcelas até o final do ano. 4.35 Marcos intervém dizendo que então se pode encaminhar uma comissão do Conselho para ter esses números exatos, procurar na Assembleia Legislativa (Alesc) a Comissão de Saúde, para quando tiver audiência pública com o secretário estadual, o Conselho Municipal de Saúde estar presente cobrando como controle social, somando-se a cobrança dos gestores municipais. Está na hora de fazer cobranças, negociar, e depois ver medidas judiciais. Propõe a fazer parte, solicita representantes dos gestores e dos conselheiros. 4.36 Carmem Souto indica Leonilda, da Pastoral da Pessoa Idosa, que já faz parte do Conselho Estadual da Saúde. 4.37 Maria e Elisa se dispõem a participar também. 4.38 Presidente diz que esteve numa cerimônia na Alesc discutindo a questão da enfermagem, o decreto que impede os enfermeiros de fazer coleta de exames preventivos de câncer, e falou com o deputado estadual Neodi Saretta, explicitando como secretário a preocupação do estrangulamento dos municípios pelo não repasse dos recursos do Estado. Diz que foi feito um mutirão de cirurgia eletiva, os municípios fizeram o mutirão, e até hoje o governo não repassou os recursos para o pagamento de cirurgias que foram feitas há dois anos por vários hospitais. 4.39 Maria diz que Marcos Pinar estava falando e já aconteceu na Alesc uma audiência pública sobre o repasse da Secretaria Estadual de Saúde para os municípios, e que a audiência foi "prá eles", a fala foi questionada, foram poucos as pessoas que puderam falar, diz que a prestação de contas não acontece só nesta mesa, existe a prestação da SES, e tem acompanhada como conselheira estadual, e é "prá eles", dá prá contar nos dedos os conselheiros e usuários que estão presentes. 4.40 Elisa faz questão de ordem sobre o andamento da pauta, pois diz estar preocupada se vai haver tempo para discussão. 4.41 Presidente diz para não se preocupar porque o ponto de pauta: discussão da Nova PNAB será transferido para a próxima reunião, porque a funcionária que ia fazer a apresentação pela Secretaria não poderá estar presente. 4.41 José Luiz diz que tem acompanhado a apresentação das necessidades dos recursos financeiros, e pondera que o trabalho feito deve ser de retrospecção verificando os equívocos e na prospecção tudo que aparece de novo, novas tecnologias, novas abordagens. Verifica que esse trabalho deve incorporar os imprevistos. Pergunta como foi o trabalho retrospectivo visando a prospecção, se foi incorporado novos valores, indo de encontro ao que a conselheira Elisa citou, "que não houve uma participação efetiva de nossa parte". 4.42 Presidente diz que o trabalho é retrospectivo e prospectivo, que a Secretaria tem a média anual de gastos com consultas e que sabe mais ou menos quanto são os contratos e os seus valores. Afirma que tem várias questões contratadas para o ano que vem que setenta por cento do orçamento está congelado para pagamento dos

541542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557558

559560

561

562563

564

565566

567568

569

570

571

572

573574

575

576

577

578

579

580 581

582

583

584

585

servidores, estando previamente contratualizado, e isto é a prospecção, o que já está contratado. E ai vem a ideia do horizonte do que fazer, pois não há ainda um orçamento digno do nome, porque o que o município tem é insuficiente para manutenção da capacidade instalada. Está se trabalhando com a ideia de cobertura de passivo. Afirma que os recursos necessários, nos últimos três anos, são insuficientes para a manutenção da capacidade instalada. Informa que o orçamento é para redução de danos e não para o equilíbrio financeiro das quatro rubricas orçamentárias previstas. Pergunta, a título de exemplo, quais os recursos para recuperar as unidades de saúde, se tivesse 500 milhões de reais, e responde que deste orçamento ele deveria ter pelo menos 40 milhões para manutenção e tem apenas 2 milhões, mostrando claramente que se encontra limitações da capacidade de financiamento do setor público. Acrescenta que grande parte da responsabilidade é do país, que investe apenas 1,62% do PIB em saúde. Acrescenta que é um dos que menos investe no mundo. O governo federal contribui com 60% dos recursos e é muito difícil que lá em Brasília saibam o que o município precisa, sendo necessário mudar a visão do equilíbrio orçamentário do país, para trabalhar com orçamento em base real e não fictícia. Explica que de dez a quinze bilhões ao ano serão perdidos com o congelamento dos gastos nos próximos vinte anos, sendo difícil fazer orçamento numa situação dessas. 4.43 Daniela informa que, enquanto responsável pelo planejamento, o desafio, a realidade no município é articular o planejamento com o atrelamento aos recursos para desenvolver as ações. Quando o Luciano apresenta o orçamento e o plano nem foi apresentado ainda, mostra que há um atraso, reconhecendo o erro e dizendo que é preciso ajustar planejamento de saúde com orçamento, a pedido do Secretário de Saúde, articulando isso, porque tem portaria do MS que tira os blocos de financiamento e as questões do orçamento tem que estar articulados ao plano e demais instrumentos de governo. Informa que a ideia é trabalhar até março na proposta de LOA, efetuar o planejamento da saúde de modo mais planejado, pensando 2019 de uma forma mais alinhada, permitindo desenvolver essa articulação. 4.44 Renato a respeito da questão da mastologia, faz encaminhamento médico para a mastologia e estes estão dentro dos prazos anunciados pela Edenice. Diz que sobre a apresentação do Luciano ela deveria ser compartilhada para todos os conselheiros por email, e gostaria, como os colegas, ter acesso aos números, a relação explicando o que são aqueles "números na lateral" (sic), para entender mais a fundo, porque não dá para fazer controle social sem entender a fundo o que está sendo passado, e apela ao secretário que o programa Alô Saúde seja melhor discutido no Conselho Municipal de Saúde, antes de ser implementado, senão vai virar um Alô Doutor, pois é muito dinheiro e sabe que R\$ 2.400.000,00 é um dinheiro que vai ser centralizado em serviço terceirizado, que não sabe o que é a rede, e questiona se não vai se estar jogando dinheiro no lixo, ou entregando na mão de um empresário da comunicação, uma grana que na atenção primária seria ótima para resolver um monte de problemas que precisam ser resolvidos. Pergunta se não seria mais adequado se esse programa fosse feito com os servidores que já temos na rede de saúde e aproveitando as ideias que os servidores já tem para melhorar a rede. Renato questiona por que não se pensa alternativas mais baratas, usando as equipes, porque já tem equipes usando tecnologias, cita a Dra. Denise que comprou um celular do bolso dela para avisar funcionários, e porque não usar este recurso para potencializar que os outros funcionários tenham celular para que façam isso de maneira muito mais efetiva. Para não ser algo precipitado, só para cumprir promessa de campanha, que seja trazido ao Conselho a discussão antes dele ser implementado, porque tem certeza que o que o Secretário

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613 614

615

616

617

618 619

620

621

622 623

624

625

626

627

628

629

630

quer de coisas boas eles também querem, mas que o custo disso é altíssimo. 4.45 Presidente Informa que será por licitação pública e qualquer pessoa e qualquer empresa poderá participar e não foi trazido ainda ao conselho porque não é de afogadilho, está a um ano estudando isso, o remédio em casa é um bom programa, mas fracassou porque não teve o essencial, não tinha alma, e começou a estudar para não entrar em aventuras, não trouxe ainda ao conselho porque está sendo construído isso, que levou essa discussão ao Ministério da Saúde e ele está querendo uma discussão com outros quatro municípios que querem fazer como modelo para o país. Terá que fazer seminários com esses quatro, para validar o que pretende e ver se as outras cidades querem. Depende ainda do que o Ministério da Saúde que vai bater o martelo sobre isso, e precisa ter previsão orçamentária, para o caso de o governo federal mandar dinheiro, se pega esse dinheiro e joga para outros blocos da atenção primária. Em Portugal se gasta R\$ 2,00 por pessoa, que seria muito maior do que está se prevendo aqui que é muito menor, que foi calculado como o custo de um Call Center para 400 mil pessoas, 200 mil reais ao mês, sem levar em conta o custo com enfermeiros e médicos. Diz que tudo isso é muito variável e vai depender de como o Ministério da Saúde vai acabar batendo o martelo do que ele quer implantar. Informa que se o MS não levar isso por questões de vulnerabilidades vai ser trazido ao conselho para discussão e dar os encaminhamentos, mais de qualquer forma quer implantar mecanismos para evitar desperdícios por ausências nas consultas que já ocorrem, por isso tem que ter pessoas que façam um trabalho por telefone para cuidar das listas, e independentemente, de ser Alô Doutor, ou não, seria importante contratar esse sistema de telefonistas para fazerem isso e evitar o desperdício. Acrescenta que as ferramentas tecnológicas são importantes para melhorar os serviços, mas dependem do modo como são utilizadas. 4.46 Elisa é importante o conselho poder participar da construção das ações. 5. NOVA POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA - PNAB. 5.1 Presidente informou que o funcionário da Secretaria responsável pela apresentação não pode vir e propôs que seja transferido para a pauta da próxima reunião. Aprovado. 6. INFORMES GERAIS. 6.1 Elisa diz que tem dois informes, um deles, é que dia 08 de novembro, às 14 horas, vai acontecer uma audiência pública sobre a saúde mental no município, sendo convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, visando a garantia dos direitos da população atendida na saúde mental. Informa que a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) está negociando com a Secretaria a reativação do CEREST Regional, que houve reunião com representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), do Ministério Público, do CEREST estadual, do Ministério da Saúde, do diretor da Vigilância e o conselho participando dessa reunião, e houve um compromisso de que o Sr. Leonardo, diretor da Vigilância Sanitária ficou de apresentar uma proposta de reestruturação do CEREST Regional em reunião ampliada da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora -CISTT, na sala do Conselho Municipal de Saúde - CMS, ocorrida no trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, mas que a mesma não dá conta das necessidades da política de saúde do trabalhador no município e esta reunião deliberou que no dia 30 de novembro será feita uma reunião de planejamento junto com a CISTT, os conselheiros e os técnicos que serão nomeados pela Secretaria Municipal de Saúde para o CEREST Regional para se pensar nas propostas de ações para o ano que segue. Diz que está em jogo uma unidade de saúde bem importante e é importante que os conselheiros participem com proposições e críticas para efetivar a saúde do trabalhador em Florianópolis. 6.2 Sandra pede a aprovação do Conselho Municipal de Saúde para repelentes de mosquito enviados do Ministério da Saúde,

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650 651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

que são doados para gestantes com suspeita de doenças decorrentes dos focos de Aedes Aegipty e diz que há um quantitativo muito maior do que a secretaria necessita e foi pactuado na CIB que poderia se usar esses repelentes para gestantes de baixa renda para que elas se previnam contra a Zika. Solicita aprovação do conselho. 6.3 Renato pergunta qual a substância dos repelentes. 6.4 Sandra diz que não sabe, mas é o mesmo usado para combate aos vírus transmitido pelos Aedes Aegipty. 6.5 Carmem Souto pergunta se toda gestante pode utilizar esse produto pra prevenção. 6.6 Sandra o repelente está dentro dos critérios para ser usado em gestante. Tem repelentes que não são indicados, mas este é, e está liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o Brasil inteiro. 6.7 Renato a ideia é que seja distribuído para todas as gestantes porque a Zika vai ser ruim para todas elas, independendo da data de validade, também para os agentes comunitários e de endemias que estão atuando nesta questão. 6.8 Presidente informa que o repelente foi aprovado pela Fiocruz e que a casos positivos para anomalias decorrentes do Aedis Aegipty no Continente e acata a sugestão de ser para todas as gestantes e para os agentes comunitários e de endemias. Coloca em votação o encaminhamento e, por unanimidade, ficam de acordos com essa deliberação, com prioridade para a gestante, como ressaltado pelo conselheiro Renato. 6.9 Sandra existe uma verba da prefeitura para melhorar a comunicação visual das unidades de atenção primária, fazendo unidades mais acolhedoras, através do Humaniza SUS, tendo várias coisas que vão desde o uniforme dos profissionais, colocação de quadros nas unidades etc. Existem várias propostas no mundo inteiro para mudar o nome para clinica da família, porque clinica é estar a serviço de, outros dizem que é melhor usar unidade básica de saúde, que é o que o Ministério da Saúde usa, e diz que os funcionários vão votar e ela propõe que os conselheiros locais de saúde votem, trazendo isso como informe, e que está trazendo isso em articulação com a Gerusa do Conselho que vai trabalhar junto com a Escola de Saúde Pública para trabalhar quais são os nomes em que vai se disponibilizar para a votação para melhorar a comunicação visual das unidades de saúde. 6.10 Presidente resolveram melhorar a identidade visual, dentro do princípio de que com a nova PNAB vai se trabalhar com a questão das listas, de poder aderir a um profissional, independentemente de ter mudado de residência, por exemplo. 6.11 Renato diz que ele mudou de área dentro do mesmo Centro de Saúde. 6.12 Presidente diz que é muito importante entrar nas unidades e ver que está bem cuidada, mostrando que os funcionários se interessam por aquele lugar e personalizam o lugar do trabalho. Por isso estão discutindo padronização da identidade visual com a participação da comunidade. Não adianta os profissionais de saúde ir lá e grudar papéis na unidade de saúde, e outra coisa, que não vamos querer reclames de sindicato, políticos, vendedores de panqueca, amendoim. Diz que a unidades de saúdes não são da prefeitura, são da população onde elas estão inseridas, que a prefeitura é o gerente que cuida delas para que deêm certo. Acrescenta que tem que ter um olhar mais cuidadoso com a unidade de saúde, evitar a depredação, motivar todo mundo para o processo de identidade visual, que os murais sejam padronizados. 6.13 Gerusa relembra que a plenária se inicia em segunda chamada com qualquer número de conselheiros e por isso continua deliberando, está com quórum, portanto. Encaminha a proposta de Edenice para aprovar Resolução para habilitação do serviço em doenças raras do Hospital Ernani Polidoro Ernani de Santiago, Hospital Universitário, e os conselheiros aprovam por unanimidade. Informa que é preciso homologar as eleições dos conselhos locais de saúde de Ratones, Tapera e Fazenda do Rio Tavares, nos últimos dois meses, aprovado pela plenária. Informa que está havendo uma capacitação dos novos conselheiros em carga horária de 8 horas, realizada no

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

dia 18 de outubro e no dia 08 de novembro com participação de 21 conselheiros locais de saúde, sendo dezoito novos conselheiros e informa que em 02 de dezembro haverá o VII Fórum de Conselheiros Locais de Saúde na Universidade Federal de Santa Catarina, que terá mostra de experiências exitosas dos conselhos locais e dos profissionais dos centros de saúde. Informa que a Secretaria tem o colegiado da Escola de Saúde Pública da qual ela faz parte representando o controle social e solicita a indicação de um conselheiro para participar, e se manifesta favoravelmente o conselheiro Edson para integrar o colegiado, com aprovação unânime dos presentes. 7. SUGESTÃO DE PONTOS DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DE Nº. 146, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. 7.1 Carmem Souto propõe ver na pauta da próxima reunião a situação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Florianópolis. 7.2 Gerusa informa que terá que haver discussão do Plano Municipal de Saúde e também que terá que ter uma reunião da Câmara Técnica para analisar o plano, antes da reunião do Conselho. 7.3 Sergio se manifesta criticando a falta de vigilância sanitária em restaurantes que estão usando óleo de cozinha acima dos limites aceitáveis pela legislação, quase preto, vendendo doenças coronárias, colesterol alto, que aumenta os gastos da prefeitura porque as pessoas adoecem e tiram a vaga de outros que precisam. 7.4 Presidente diz que vai solicitar junto a Vigilância Sanitária para visitar bares e restaurantes para ver a questão das frituras e da qualidade do óleo usado nas cozinhas. 7.5 Sergio agradece dizendo que está há dez anos nessa questão fazendo coleta de óleo usado para evitar que as pessoas adoeçam por consumo de alimentos feitos em óleo usado. 7.6 Presidente encerra a sessão, agradecendo a presença de todos, sendo a presente ata redigida pela Secretaria Executiva do Conselho.